

EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)

Processos educativos que procuram incorporar em suas propostas pedagógicas as implicações tanto teóricas quanto práticas do ideário ambientalista. A EA teve sua origem vinculada aos movimentos ambientalistas e à grande visibilidade que a questão ambiental assumiu nas décadas de 60 e 70, quando alguns setores da sociedade chamam a atenção para a gravidade dos problemas ambientais e os riscos impostos às diferentes espécies de vida, incluindo a humana, alertando para os limites do Planeta Terra e ameaças a sua sustentabilidade. Nesse período, vários encontros promovidos pela ONU, principalmente por meio da UNESCO e UNEP, contribuíram para que a questão ambiental se tornasse fato social, fornecendo elementos para a construção de discursos e práticas sobre a temática ambiental e sua relação com a educação. Se de um lado esses encontros podem ser entendidos como a face oficial da história da temática ambiental, de outro, o *acontecimento ambiental* será marcado pela eclosão do ecologismo contestatório, que tem suas raízes ideológicas nos movimentos de contracultura dos anos 60 (CARVALHO, I. , 2004). Embora não se possa falar em uma fundamentação teórico-metodológica consensual, alguns pressupostos podem ser considerados comuns aos diversos segmentos do movimento ambientalista. Assim, imerso em um ideário de buscas de transformações em diferentes esferas da vida social e influenciado pelas diferentes vertentes desses movimentos de crítica à sociedade consumista e materialista, de repúdio à racionalidade instrumental, aos ideais de progresso e ao individualismo (CARVALHO, I., 2004), o movimento ecológico chama a atenção para a necessidade de ações coletivas que levem à construção de novos padrões de relação sociedade – natureza, com bases em novas racionalidades. Para Bornheim (1985, p.18), *a questão toda se concentra [...] no modo como a natureza se faz presente para o homem; ou melhor: no modo como o homem torna a natureza presente*. Nessa interpretação, os sentidos atribuídos à natureza pelas diferentes sociedades, em diferentes momentos históricos, não se revelam como algo natural (CAVALARI; CAMPOS; CARVALHO, 2001). Na verdade, são construídos historicamente como produtos da cultura. Assim, considerar meio ambiente não como

sinônimo de natureza, mas como um *campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais* (CARVALHO, 2004, p. 37) passa a ser uma das questões centrais para o movimento ambientalista e para as propostas de EA.

As críticas do movimento ecológico à racionalidade moderna e ao estilo de vida contemporâneo alimentam o argumento de que é necessário que os projetos de EA ampliem as abordagens teórico-metodológicas em relação à temática ambiental e ao processo educativo, incorporando o tratamento de questões que envolvam as dimensões valorativa – ética e estética - e política da realidade (CARVALHO, L., 2006).

As apostas na construção de novos padrões de relação sociedade – natureza, de espaços educativos que levem à produção de novos sentidos sobre o mundo, na busca de soluções para os problemas que desafiam a construção de um mundo mais justo marcam definitivamente a EA como “educação política”.

Essa dimensão política para a EA ganha concretude a partir de propostas que nos colocam em movimentos de “pensar o não pensado” (LEFF, 2002); “de desconstruir as ilusões de possíveis portos seguros”; de “desnaturalizar os nossos modos de ver o mundo”; de “construir novas possibilidades de lidar com as “incertezas” e com a natureza controversa e, muitas vezes, conflitiva das questões ambientais, de criar novos padrões éticos para a relação com a natureza e, assim, reinventar as formas de administração da Terra, que começa a ser compreendida como *Oikos*, ou seja, nossa casa: lugar de morada que guarda a vida.” O necessário diálogo de saberes – científicos, filosóficos, artísticos, populares, tradicionais, religiosos - apontam para a necessidade de se pensar em práticas que rompam com a lógica disciplinar e apostem nas experiências de integração entre esses diferentes saberes.

A complexidade, entendida como característica do acontecimento ambiental, aponta para a interdisciplinaridade e dialogia como princípios metodológicos por excelência para práticas de EA que, ao formar sujeitos para a ação política, aprofundam as experiências democráticas e apontam para a possibilidade de construção da cidadania ampliada pela

dimensão ambiental (CARVALHO, I., 2006; JACOBI, 2003; REIGOTA, 2009; SORRENTINO, et al., 2005).

Tendo em vista as raízes históricas do movimento ambientalista e da própria EA, os referenciais propostos pelas perspectivas críticas em educação são percebidos por alguns educadores ambientais como aqueles que responderiam melhor às exigências teórico-práticas da área. No entanto, essas perspectivas críticas ganham contornos particulares a partir de referenciais mais amplos que as alimentam. Diferentes dimensões teóricas apontam para particularidades do ponto de vista das dimensões metodológicas para a EA (LAYRARGUES, 2004; GALIAZZI, FREITAS, 2005). Alguns grupos de pesquisa buscam no materialismo histórico dialético e nos autores vinculados à escola de Frankfurt os elementos para orientação dos trabalhos (TOZONI REIS, 2004; LOUREIRO, 2007). Outros buscam na fenomenologia as referências para a orientação de suas propostas (SATO, 2005; MARIN; LIMA, 2009) e outros ainda na hermenêutica (CARVALHO; GRÜN; AVANZI ; GRÜN, 2009). Outros autores apontam como caminhos sugestivos para os trabalhos com EA as interpretações que tomam como base os estudos culturais (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2009) e outros ainda as interpretações pós-estruturalistas ou pós-modernas (REIGOTA, 1999; WUNDER et al, 2007).

Embora a UNESCO tenha proposto para a década 2004 – 2014, a década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, preferindo esta denominação à EA, os educadores latino-americanos fazem resistência a esta alteração, reafirmando o significado das raízes críticas da EA e apontando para as consequências político-ideológicas dessa mudança terminológica (GONZÁLEZ-GAUDIANO, 2007; CARVALHO, L., 2006).

LUIZ MARCELO DE CARVALHO

BORNHEIM, G. Filosofia e política ecológica. *Revista Filosófica Brasileira*, v. 2, n. 1, p. 16 - 24, 1985.

CARVALHO, I. C. M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, I. C. M. As transformações na esfera pública e a ação ecológica: educação e política em tempos de crise da modernidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, p. 308 – 325, 2006.

CARVALHO, I. C. M.; GRÜN, M.; AVANZI, M. R. Paisagens da compreensão: contribuições da hermenêutica e da fenomenologia para uma epistemologia da educação ambiental. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 29, p. 99-116, 2009.

CARVALHO, L. M. A Temática ambiental e o processo educativo: dimensões e abordagens. In: CINQUETTI, H. S; LOGAREZZI, A. *Consumo e resíduos: fundamentos para o trabalho educativo*. São Carlos, EdUFSCar, 2006. p. 19-41

CAVALARI, R. M. F.; CAMPOS, M. J. O.; CARVALHO, L. M. Educação Ambiental e Materiais Impressos no Brasil: relação homem-natureza. *Educação: Teoria e Prática*, v. 9, n. 16, 2001. CDRom.

GALIAZZI, M. C.; FREITAS, J. V. *Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2005.

GONZÁLEZ - GAUDIANO, E. *Educación ambiental: trayectorias, rasgos y escenarios*. México: Plaza y Valdés Editores, 2007.

GRÜN, M. A. Outridade da natureza na educação ambiental. In: CARVALHO, I. C. M.; GRUN, M. TRAJBER, R. (Org.). *Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental*. Brasília: MEC-SECAD/UNESCO, 2009. v. 1, p. 181-190.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

LAYRARGUES, P. P. (Org). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CARVALHO, L.M. Educação ambiental. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDRom

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. A. (Org.). *Questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

MARIN, A. A.; LIMA, A. P. *Individuação, percepção, ambiente: Merleau-Ponty e Gilbert Simondon. Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.25, n.3, p.265-281, 2009.

REIGOTA, M. *A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna*. São Paulo: Cortez, 1999.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SAMPAIO, S. M. V.; GUIMARÃES, L. B. Educação ambiental: tecendo trilhas, escriturando territórios. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.25, n. 3, p.353-368, 2009.

SATO, M. A educação ambiental tecida pelas teorias biorregionais. In: FERRARO, L. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadores(as) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p.35-46.

SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285–300, 2005.

TOZONI-REIS, M. F. C. *Educação ambiental: natureza, razão e história*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

WUNDER, A. et al. A educação ambiental: entornos pós-modernos. *Pesquisa em Educação Ambiental*, São Carlos, v.2, n.2, p. 67-87, 2007.